

Profissionalização militar e imprensa no Oitocentos: o caso dos periódicos militares (1854-1879)

Military professionalization and the press in the 19th century:
the case of military periodicals (1854-1879)

Fernanda de Santos Nascimento

Doutora em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

fernandaisrael@gmail.com

Recebido: 18/12/2023

Aprovado: 28/05/2025

Resumo: Durante o século XIX houve a publicação de muitos periódicos militares, sobretudo a partir da década de 1850. Tais periódicos buscavam levar o discurso militar para a arena da imprensa, apresentando a instituição e seus principais problemas. O objetivo deste artigo é explorar as relações entre o profissionalismo militar e a publicação dos periódicos durante o Oitocentos. Nossa hipótese principal é de que os periódicos podem ser compreendidos a partir do esforço para profissionalizar a instituição à exemplo dos exércitos europeus modernos. Para tanto, foi aplicado ao corpus documental a análise de conteúdo, metodologia quantitativa e qualitativa, que possibilitou a análise do periódico. Concluímos que a instituição militar brasileira do XIX não pode ser considerada uma instituição profissional nos termos aplicados às congêneres europeias, mas pode ser considerada uma instituição a caminho da profissionalização.

Palavras-chave: História Militar; Imprensa Militar; Segundo Reinado.

Abstract: During the 19th century, many military periodicals were published, especially from the 1850s onwards. These periodicals sought to take military discourse to the press arena, presenting the institution and its main problems. The objective of this article is to explore the relationships between military professionalism and the publication of periodicals during the 19th century. Our main hypothesis is that periodicals can be understood based on the effort to professionalize the institution following the example of modern European armies. To this end, content analysis, quantitative and qualitative methodology, was applied to the documentary corpus, which enabled the analysis of the periodical. We conclude that the Brazilian military institution of the 19th century cannot be considered a professional institution in the terms applied to its European counterparts, but it can be considered an institution on the path to professionalization.

Keywords: Military History; Military Press; Second Reign.

Introdução

A partir da década de 1850 podemos identificar a publicação de diversos periódicos de conteúdo militar no Brasil, sendo que a maior parte se concentrava no Rio de Janeiro. Recentemente, no entanto, localizamos alguns periódicos publicados na província de Pernambuco que não haviam sido catalogados em nossa pesquisa anterior.¹ A descoberta sugere a projeção da província nesse tipo de produção e reforça a hipótese de que a imprensa militar era um importante canal de participação dos militares no debate público do Oitocentos. Por volta de 1855, por exemplo, estava sendo publicado no Rio de Janeiro os periódicos *O Militar* (1854-1855), *O Militar Brioso* (1855) e a *Revista Marítima Brasileira*. Na Bahia, no mesmo ano, publicava-se o *Brasil Marítimo*. Nas décadas seguintes outros periódicos serão lançados e sua existência nos permite compreender a participação dos militares na imprensa do período e o discurso veiculado pelos periódicos.

Logo, é possível assinalarmos a existência de uma imprensa militar no Oitocentos, escrita por militares e voltadas para o público militar. Estes periódicos têm relação com duas questões caras ao século XIX: a relação da modernidade com a ciência, que busca a criação de revistas e periódicos de caráter científico; e a profissionalização dos exércitos nacionais, cuja publicação de livros, revistas e jornais acompanha o processo de modernidade mundial (NASCIMENTO, 2015). Os periódicos aqui apresentados possuem um forte e importante ponto em comum: percebem a necessidade de se construir um discurso positivo sobre o que é ser militar no Brasil durante o século XIX e trazem, nesse sentido, importantes informações sobre a própria instituição e o que identificamos hoje como sendo seu processo de profissionalização. Portanto, o objetivo principal deste artigo é analisar, através dos periódicos militares, como era retratada a instituição no século XIX e a questão da profissionalização militar no período.

Parte-se da hipótese central de que os periódicos foram uma ferramenta importante para a afirmação de um discurso sobre a instituição militar durante o século XIX e sua relação com os processos de profissionalização institucional. A hipótese se apoia no fato de que, até a década de 1880, o Exército não possuía um canal de comunicação institucional.² Os periódicos aqui identificados e analisados não se constituíam como órgãos oficiais do Exército, embora seus redatores buscassem ser a voz da classe militar no período. Logo, dada a falta de canais oficiais de produção e veiculação de

¹ Os periódicos localizados em Pernambuco estão em processo de análise nesta pesquisa e estão sendo digitalizados pela Companhia Editora de Pernambuco.

² Em 1882 haverá o lançamento de duas revistas de caráter institucional: A *Revista Marítima Brasileira* e a *Revista do Exército Brasileiro*. Ambos os periódicos são as primeiras publicações institucionais.

discursos, é possível inferir que a imprensa era o canal utilizado pelos militares para exposição de suas ideias. É importante assinalar que, embora os periódicos fossem publicados em províncias diferentes e em períodos diferentes, há uma similaridade bastante interessante de elementos discursivos.

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa maior, que busca identificar e categorizar os periódicos escritos por militares no século XIX, no Brasil. A imprensa militar ganhou pouca – ou quase nenhuma atenção – na historiografia sobre militares nos últimos anos. Em que pese trabalhos como de John Schulz (1994) e Adriana Barreto de Souza (1999) que utilizaram periódicos em suas análises, além das pesquisas promissoras de José Miguel Arias Neto (2013), o periódico é visto como fonte dentro da pesquisa e não como objeto e campo de pesquisa. Assinalamos aqui, portanto, a existência da imprensa periódica militar no século XIX (e entendemos a existência desta imprensa de igual forma no século XX também) enquanto campo e objeto de pesquisa.

Para organização do corpus documental foi utilizado o método da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007). A criação de categorias de análise permitiu uma visão completa e complementar dos periódicos analisados, fornecendo importantes dados quantitativos e qualitativos para a pesquisa. Através da análise e do cruzamento de dados foi possível inferir, por exemplo, a importância da educação militar entre os redatores dos periódicos. Passaremos, assim, para a discussão da pesquisa. Este artigo está dividido em três partes, além desta introdução: na primeira parte, apresentaremos os periódicos estudados; na segunda parte apresentaremos o Exército brasileiro pelo olhar dos redatores dos periódicos; e a última parte encaminharemos a discussão sobre profissionalização militar e sua relação com os periódicos.

Sobre o corpus documental e seus redatores

Para este artigo foram selecionados os seguintes periódicos para análise: *O Militar* (RJ, 1854-1855), *O Militar Briso* (RJ, 1855), *Indicador Militar* (RJ, 1862-1863), *O Soldado e o Marinheiro* (RJ, 1869) e *Echo Militar* (AM, 1878). Todos estão catalogados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A profusão de periódicos militares tem sido apontada pela historiografia como relevante para os estudos sobre a instituição militar no Brasil do Oitocentos (ARIAS NETO, 2013; NASCIMENTO, 2015). Os periódicos militares se inserem na dinâmica da imprensa do XIX, que pode ser definida como uma imprensa de combate. Ela difere, em vários aspectos, da imprensa que irá se estabelecer com força no início do século XX, fruto das transformações tecnológicas e econômicas que caracterizam este século (MOREL, 2005). Muitas vezes, durante o século XIX, um único indivíduo se

valia da palavra impressa, arcando com os custos de impressão, a fim de expor suas ideias e críticas. Nesse sentido, como bem apontou Luca, “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX” (LUCA, 2008, p. 133). A imprensa configurava-se, desta forma, como um espaço de embates, e não como processo cujo interesse final é o lucro. O objetivo final era, através da imprensa, interpor-se nos debates da sociedade. A imprensa torna-se um importante canal de disseminação de ideias políticas e debates, ocupando espaço primordial na sociedade do Oitocentos (ALONSO, 2002). Carvalho acentua como a imprensa teve uma liberdade de atuação no Império jamais vista. Ela atuou como um fórum político alternativo principalmente para a oposição, muitas vezes sem representação na Câmara (CARVALHO, 2008, p. 55)

O surgimento da imprensa periódica militar no Brasil acompanha uma tendência internacional de aprimoramento profissional militar, consequência da modernidade e da própria institucionalização das forças militares, aliado ainda à influência do cientificismo e da ilustração (ASSIS, 2006). Portanto, a existência de periódicos militares era uma tendência mundial. Na França, em 1824, surgiu o *Journal des Sciences Militaires*, publicado por membros de L'Academie Royale de Sciences Militaires de Suède, e em 1826, surgiu o periódico *Le Spectateur Militaire*. Em Portugal, em 1849, surgiu a *Revista Militar*, comandada, principalmente, por jovens tenentes de engenharia (ASSIS, 2006). O lançamento da revista foi noticiado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de fevereiro de 1849. Através de seu correspondente jornalístico em Lisboa, publicava o Diário constantes informes e trechos da *Revista Militar* portuguesa em suas páginas.

Estes periódicos internacionais não eram desconhecidos dos militares brasileiros. Muitos periódicos internacionais eram citados pelos redatores militares no Brasil. Em *O Militar*, por exemplo, uma das justificativas para o seu aparecimento é a existência de periódicos similares em outros lugares do mundo (O MILITAR, 1854d, p. 1). Em 1862, o periódico *O Indicador Militar* cita a *Revista Militar* de Portugal (INDICADOR MILITAR, 1862d, p. 437). Em 1869, *O Soldado e o Marinheiro* faz uma referência ao conceituado *Army and Navy Journal*, publicado por militares americanos, desde 1863 (O SOLDADO E O MARINHEIRO, 1869b, p. 4).

É possível ainda avaliarmos a importância e a circulação dos escritos de militares estrangeiros através do *Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha*, publicado em 1879, no Rio de Janeiro. Além do Catálogo oferecer uma lista dos livros depositados na Biblioteca da Marinha, trazia também informações sobre as revistas militares disponíveis em seu acervo. A Biblioteca foi instituída em 1846, no ministério de Holanda Cavalcanti. O catálogo foi organizado pelos dois bibliotecários responsáveis

pelo acervo: Sabino Eloy Pessoa e Luiz Philippe de Saldanha da Gama. Ambos tiveram sólida carreira militar na Marinha, e Eloy Pessoa se destaca por ter sido o redator, em 1851, da *Revista Marítima Brasileira* (ARIAS NETO, 2013). Na biblioteca estavam catalogados periódicos franceses, ingleses, americanos e italianos.

A existência dos periódicos militares, tanto no exterior quanto no Brasil, pode ser vista como consequência da profissionalização das forças armadas ocorrida durante o século XIX. E esta profissionalização tem relação não apenas com o cientificismo do período, mas também com a própria centralização do Estado moderno (CREVELD, 2004). Para Costa (1996, p. 54), no caso brasileiro, foi o Exército que viabilizou a centralização do Estado, após as reformas regenciais. Foi contra as revoltas ocorridas neste período que o Exército desempenhou seu primeiro papel de relevo após a independência. As reformas centralistas de 1850 objetivavam, principalmente, eliminar o caráter privado da Guarda Nacional: ao passar para o Estado a nomeação dos comandantes, diminuía-se o peso da Guarda como força armada a serviço das elites regionais. Buscava-se fortalecer a existência do Exército, instituição ligada diretamente ao Estado.

O recorte temporal desta pesquisa justifica-se a partir da constatação de que os periódicos militares passaram a ter maior destaque a partir da década de 1850. Algumas razões apontam para esta conclusão: o desaparecimento das revoltas internas, finalmente encerradas com a vitória do governo sobre os praieiros pernambucanos, em 1848; uma maior profissionalização do Exército, consolidada através de seguidas reformas efetuadas pelo gabinete conservador, sobretudo durante o ministério de Manuel Felizardo de Sousa e Mello (1849-1853); e o desenvolvimento de uma cultura intelectual baseada no racionalismo e no cientificismo do século XIX (NASCIMENTO, 2015).

Para análise do corpus documental foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. O método é bastante pertinente para os estudos de imprensa, pois trabalha com a possibilidade de categorização (BARDIN, 2007). Para Navarro e Díaz (1995), o recurso da categorização é bastante indicando principalmente a pesquisadores que trabalham com corpus de análise extensos e variados. Logo, algumas categorias foram criadas e aplicadas a todos os periódicos. Neste artigo, iremos explorar os dados da categoria “características militares”.

Cabe aqui uma interessante questão: quem eram os redatores dos periódicos? Em geral, os periódicos eram anônimos, não trazendo indicação de seu redator ou redatores. No entanto, em alguns casos, foi possível avançar a pesquisa e descobrir quem era responsável pelas publicações. Em sua maioria, eram militares com formação pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Portanto, parece haver

uma relação entre a formação militar dos redatores e sua inclinação pelo discurso sobre a instituição militar.

O periódico *O Militar* (1854) ainda não teve sua autoria definida. Embora tanto Schulz (1994, p. 39) quanto Adriana de Souza (1999, p. 156) defendam que os alunos da Escola Militar deveriam ser os responsáveis pela redação, não há nada que indique essa informação. Ao contrário: a tendência verificada aqui é que os periódicos eram, em geral, escritos por oficiais geralmente formados pela Escola Militar. É possível inferir, portanto, que *O Militar* fosse escrito por um oficial ou oficiais, possivelmente com formação militar (NASCIMENTO, 2015, p. 100).

O redator de *O Militar Brioso* era o capitão Umbelino do Campos Límpio, formado pela Escola Militar, bacharel em matemática, que publica o periódico em 1855. Campos Límpio era também liberal, o que pode justificar seu discurso de oposição à política imperial e ao Ministério da Guerra. A trajetória pessoal e militar de Campos Límpio é bastante interessante, pois o oficial conclui seus estudos em 1851. Por ocasião das eleições e de sua atuação política, foi preso em 1852 e, também, em 1854. As prisões não o impediram de alçar o posto de capitão em 1855, mesmo período de publicação de *O Militar Brioso*. A publicação, permeada de críticas ao governo imperial atrai a atenção dos poderosos da Corte: Campos Límpio é transferido, em julho de 1855, para Sincorá, região afastada da província da Bahia. *O Militar Brioso* deixa de ser publicado. (NASCIMENTO, 2015, p. 107).

Em 1862 foi lançado o *Indicador Militar*. O periódico pode ser considerado o primeiro de cunho profissional escrito por oficiais do Exército brasileiro. Seu editor era o Coronel Vicente Ferreira da Costa Piragibe, militar do corpo de Estado Maior de 1ª classe do Exército, cujos estudos na Academia Militar foram concluídos em 1841 (STUDART, 1980). O *Indicador* é o único periódico que pode ser comparado aos seus congêneres internacionais, pois se apresentava em uma estrutura de artigos mais técnicos e todos possuíam autoria identificada (NASCIMENTO, 2015, p. 118).

Outros dois oficiais tinham participação na edição: O Major Isaltino José de Mendonça Carvalho, oficial do corpo de Estado Maior e bacharel em matemática e o Major Francisco da Costa Araújo e Silva, do Corpo de Engenheiros e doutor em matemática. Ao todo, o *Indicador* contou com 34 colaboradores identificados, entre as edições do ano de 1862 e 1863. Destes, 10 militares trabalhavam na Escola Militar ou como professores ou como funcionários. Ainda do total, 10 militares faziam parte do Corpo de Engenheiros e 8 militares eram do corpo de Artilharia.

Em 1869 foi lançado no Rio de Janeiro *O Soldado e o Marinheiro*, dedicado aos interesses da classe militar. Seu redator era Eduardo de Sá Pereira de Castro, tenente reformado do Exército (SILVA, 1870, p. 444). Pereira de Castro sentou praça em 1842, e torna-se alferes-aluno da Escola Militar, em 1847.

Torna-se bacharel em matemáticas e ciências físicas pela Escola Militar, e em 1859 foi reformado por decreto. Foi lente interino da Escola Militar, antes do bacharelado, e posteriormente adjunto do curso preparatório e repetidor da cadeira de história e geografia. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e publicou, até sua morte, em 1872, uma série de livros e compêndios (BLAKE, 1893, p. 256). Em 1869, quando passa a ser publicado na Corte *O Soldado e o Marinheiro*, era repetidor da disciplina de francês da Escola preparatória anexa à Escola Militar, no Rio de Janeiro (ALMANAK, 1871, p. 19).

Em outubro de 1878 é publicado, em Manaus, o *Echo Militar*. Assim como outros periódicos, seu subtítulo é “periódico consagrado aos interesses da classe militar”. A publicação é mensal, e a primeira edição possui 16 páginas. O periódico oferecia assinaturas para Manaus e para o interior da província, destacando a possibilidade de assinaturas e envios para fora da província do Amazonas. Embora os editores não fossem identificados na primeira página, o *Echo Militar* era fruto do trabalho de oficiais do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, da província do Amazonas. O batalhão estava localizado em Manaus, e sofria, de acordo com os redatores, da falta de oficiais e soldados em seus efetivos, além de sérios problemas estruturais. Ao final da primeira edição, uma nota informava que todas as correspondências deveriam ser enviadas ao 1º tenente Pedro Guilherme Alves da Silva. O oficial havia sentado praça em 5 de janeiro de 1867, e em dezembro de 1878 tornou-se capitão do 1º regimento, 2ª bateria do 3º batalhão de artilharia a pé (ALMANAK, 1878). Silva tinha o curso de Artilharia da Escola Militar, de acordo com os regulamentos de 1874. O capitão repete um padrão já muito conhecido dos militares estudados nesta pesquisa: era um egresso da Escola Militar.

O Exército Brasileiro no século XIX

Os redatores dos periódicos conforme apresentado eram, em sua maioria, egressos da Escola Militar. Podemos inferir que o dado tem relação com a constituição do Exército brasileiro a partir do processo de independência, em 1822. É possível considerar que até a Independência, não existia, a rigor, um Exército brasileiro. E a instituição que surge, em 1822, é um amálgama das instituições portuguesas transferidas para o Brasil, primeiro como colônia, depois como Reino Unido. Logo, a tradição portuguesa teve impacto significativo sobre a formação das tradições militares brasileiras (HAYES, 1991, p. 12).

A transferência da família real portuguesa para o Brasil e o estabelecimento da Corte na colônia teve importante impacto na reorganização militar. À época de D. João VI, o exército estava

completamente desorganizado, sobrepondo-se em funções com as milícias e as ordenanças. A iniciativa mais importante foi a criação da Real Academia Militar, em dezembro de 1810. De acordo com Hayes, “os oficiais da força deveriam ser preparados para um grande *papel na sociedade* e o currículum era tão grande e abrangente que foi difícil encontrar professores qualificados para cumprir o programa” (HAYES, 1991, p. 32). A criação da Real Academia Militar insere-se em dois contextos históricos: um contexto mundial, de criação de escolas militares tanto na Europa como nos Estados Unidos; e um contexto nacional, de criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil. Na França, surgem as diversas escolas para formação de oficiais, que no final do século XVIII serão responsáveis pela formação de um grupo com capacidade e conhecimento técnicos incontestáveis. Inicia-se assim um processo de institucionalização militar, baseado em processos intelectuais e cognitivos, e, através de uma profissionalização, baseada no estudo formal (JANOWITZ, 1967; HUNTINGTON, 1996).

À época da independência, o exército era um misto de forças portuguesas integradas ao exército nativo, oficiais nativos, oficiais portugueses, auxiliados pelas milícias e ordenanças - herdadas do recente passado colonial. O conjunto militar era heterogêneo e contraditório em relação a sua organização e função na sociedade. E contava ainda com uma força de mercenários estrangeiros recrutados por D. Pedro I, em 1823. Sua organização primária estava registrada na Constituição de 1824, que entre os artigos 145 e 150 estabelecia os fundamentos jurídicos das forças armadas brasileiras. As questões de disciplina, organização, soldos, quadros e promoções ficaram condicionadas à regulação através de um conjunto de leis específico que deveria englobar todas estas questões. Isso nunca foi criado, ficando tais questões reguladas por um conjunto solto de decretos, avisos ministeriais e decretos-lei, que, muitas vezes, confundiam-se entre si. O Exército foi, portanto, constituído de três armas (cabalaria, artilharia e infantaria) estado-maior e um corpo de engenheiros.

A lei de recrutamento dos quadros militares – e a consequente promoção – foi criada em 1824. A maior parte das promoções dependia de avaliações subjetivas, que seguiam ainda a tradição portuguesa da lei de promoções pombalina, de 1764. A precariedade e a inexistência de padrões profissionais ao Exército foram um problema durante o Primeiro Reinado. Institucionalmente o Exército era fraco, uma aglutinação de oficiais nativos e portugueses, mercenários estrangeiros e voluntários das lutas de independência. O exército regular convivia ainda com as ordenanças e as milícias, herdadas da administração portuguesa. Este último problema só foi resolvido com a criação da Guarda Nacional, em 1831, que absorveu as milícias e as ordenanças, sob uma nova denominação (MAGALHÃES, 1998, p. 280).

Em relação ao ensino a Academia Militar foi, por muito tempo, a única escola de engenharia do Império. Na década de 1850, o ensino militar entra em fase de profissionalização e ampliação. A Academia Militar foi transformada em duas escolas: na Escola Militar, na Praia Vermelha, em 1857; e a Escola Central, no largo do São Francisco (na antiga Academia), para os cursos teóricos. Em 1860, fundam-se escolas regimentais fora da Corte, para os estudos de cavalaria e infantaria. Somente em 1874, a Escola Militar da Praia Vermelha possui o monopólio de todos os cursos militares superiores, inclusive o de engenharia. (MAGALHÃES, 1998).

Na busca pela reorganização da força militar, ocorreu a promulgação da Lei de Promoções, durante o ministério de Felizardo de Souza e Mello (1849-1853). A lei instituiu os princípios do mérito e da antiguidade para acesso ao quadro de oficiais. Estabelecia ainda a necessidade de todos os oficiais de todas as armas se formarem pela Escola Militar, nos respectivos cursos, instituindo a proposta de um quadro de oficiais permanente e profissional. A Lei, portanto, tinha como objetivo unificar as formas de acesso à carreira do oficialato militar, determinando que somente egressos dos cursos de cada arma poderiam ter a patente de capitão. Ou seja, a Escola passava a ser um requisito para a profissão de militar. A lei encontrou resistências, e em 1859 nova lei passou a permitir que somente um terço dos oficiais de infantaria e cavalaria tivesse os respectivos cursos da Escola Militar (MOTTA, 1998, p. 100).

Além disso, a lei acentuou o caráter profissional da força militar, ao exigir critérios rígidos de promoção, como antiguidade e instrução, abolindo o sistema aristocrático, que permitia a oficiais bem relacionados atingir os postos mais altos. Este mecanismo acelerou a transformação social e intelectual do corpo de oficiais (COSTA, 1996, p. 63). A Escola Militar, no século XIX, foi objeto de inúmeros estudos que destacaram a insuficiência prática de seu ensino (MOTTA, 1998; LIMA, 2013; CASTRO, 1995). O ministro da Guerra Manoel Felizardo afirmou, perante a Assembleia, em 1851, que “a nossa escola tem todos os elementos para fazer sábios; poucos, porém para formar oficiais” (MOTTA, 1998, P. 100). Embora o ensino militar tenha sido ampliado, na década de 1850, o afastamento prático da Escola Militar na formação de oficiais perdurou, ao menos, até a década de 1910.

Ainda no contexto de reorganização ocorrido sob administração de Souza e Mello, uma série de reformas foram efetuadas nos regulamentos específicos de cada arma. Para a cavalaria, foram adotados os regulamentos de Beresford, de Zagalo para a infantaria e do Marquês de Barbacena para as instruções com espada (MAGALHÃES, 1998, p. 282). Os regulamentos e as leis careciam de organização específica, e mesmo de versões impressas, para que pudessem ser usados pelos oficiais na instrução dos soldados. Em 11 de outubro de 1842, uma imperial resolução determinava a reimpressão

de alguns capítulos do regulamento de infantaria de 1763 para uso e consulta das tropas; somente em 1863, a resolução foi cumprida, com a impressão da obra *Indicador da Legislação Militar*, escrito e organizado pelo então capitão Antônio José do Amaral, graduado do Estado Maior de Artilharia e lente da Escola Militar. Em 1872 é publicada a segunda edição atualizada, sendo Amaral, agora, Tenente Coronel. Amaral foi um dos articulistas do periódico *Indicador Militar* e uma de suas grandes preocupações de carreira foi, justamente, a falta de compêndios organizados de regulamentos e de material didático para a Escola Militar (AMARAL, 1872).

Em 1862, um articulista do *Indicador Militar*, tenente de cavalaria, indica que o Exército brasileiro adotou *ipsis literis* o regulamento de cavalaria do General Lord Beresford, também utilizado pelo exército português. Para o manejo de espada recorrem-se às instruções do Marquês de Barbacena (instruções provisórias seria o título correto, de acordo com o autor). No entanto, mesmo as instruções provisórias não forneceram uma base uniforme de instruções. O texto revela a variedade e multiplicidade dos regulamentos do Exército: cita ainda o autor que os regulamentos relativos ao uso de lança pela cavalaria do Rio Grande do Sul foram adotados em 1851, e são de Raimundo Montecuccoli – italiano do século XVII. O texto faz críticas à adoção dos sistemas estrangeiros, sobretudo a profusão de mandamentos e a falta de outros (INDICADOR MILITAR, 1862b, p. 280).

Em *O Militar* (1854), um redator também escreveu a favor da necessidade de organização do Exército brasileiro. Para o autor, um território que se quer “tomar os foros de grande nação” precisa, pois, de um Exército e uma Armada “convenientemente organizados, [...] considerados como uma das bases de engrandecimento de qualquer potência e desenvolvido mais ou menos segundo sua posição geográfica” (*O MILITAR*, 1854a, p. 4). O autor descreve a situação atual do Exército brasileiro, tendo como ponto de origem a organização e a instrução: “é sua organização defeituosa, sua composição de partes nocivas e muito atrasada se acha mesmo a instrução prática de que urgentemente precisa” (*O MILITAR*, 1854a, p. 4). Para o autor, escrever é prestar “um serviço ao país e aos nossos companheiros [...], a fim de por ele despertarmos capacidades que com seus escritos venham ilustrar aos nossos Militares” (*O MILITAR*, 1854a, p. 4). O autor aponta que não existe uma doutrina unificada sobre a forma de atuação da cavalaria. Os regimentos de 1^a linha do Exército seguem as instruções de Beresford, os batalhões da Guarda Nacional seguem as instruções do Visconde de Barbacena e os corpos de 2^a linha seguem ainda instruções das ordenanças portuguesas. Para o autor, “o hábito de não procurarmos por nós mesmos, melhorar o nosso desenvolvimento de instrução, tem feito que, servindo-nos de instruções feitas para a Europa, e em épocas remotas, venham introduzir vícios, nos nossos já viciados regimentos” (*O MILITAR*, 1854a, p. 4).. Entende o autor que a falta de

unidade de doutrina e a falta de adaptação destas doutrinas para a realidade brasileira são entraves para o desenvolvimento da arma.

Também a arma de artilharia ganha, em *O Militar*, críticas a sua desorganização. Para o autor:

A completa desorganização em que entre nós se acha a Arma de Artilharia tão poderosa e importante na guerra, o abandono em que se acham os corpos desta arma, de tal modo a tem desconceituado, que até mesmo alguns de nossos Chefes, ou por minimamente coerentes com as ideias retrogradas que tanto predomínio exercem no país, ou por falta de instrução e conhecimento especial da Arma, a menosprezam e rebaixam. No estado atual da ciência e da arte da guerra, desconsiderar deste modo uma arma tão importante como a Artilharia, é o maior dos absurdos, incúria e desleixo que presidem a todos as nossas causas, sobretudo as que dizem respeito à Classe Militar (*O MILITAR*, 1855a, p. 1).

O redator informa que no Brasil existe uma Comissão prática de Artilharia, mas que é forçado “a dizer que as suas obras perdem por demasiado misteriosas, pois que ainda ninguém as viu nem conseguiu apreciar o fruto de suas elucubrações” (*O MILITAR*, 1855b, p. 2). Refere-se ainda a instruções do marechal Pardal para a artilharia, e adotadas pelo Exército. De origem francesa, as instruções originalmente datavam de 1824 e, por isso, julgava o autor serem antiquadas para o Exército brasileiro dos anos 1850. Adotadas em 1851, pelas reformas efetuadas por Manoel Felizardo, informa o autor que:

A ordem ministerial foi completamente burlada; até ao presente ainda nem um batalhão segue semelhantes instruções e a nobre Comissão prática de Artilharia que pelo governo foi encarregada de as traduzir, ainda não teve tempo de apresentar o seu trabalho, apesar de terem decorrido 4 anos. Por ai se vê o progresso em que marchamos (*O MILITAR*, 1855b, p. 2).

A Escola Militar, embora fornecesse educação, estava virtualmente afastada da instrução militar. As matérias militares, entre 1850 e 1860, estavam reduzidas aos anos finais do curso. A instrução prática, tanto na escola quanto na tropa, era inexistente (MOTTA, 1998, p. 100). Em 1852, ocorreu uma manobra e uma instrução prática de artilharia nos campos do salitre (próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro), por ordem do ministro da guerra. Tanto *O Militar* (1854) quanto um articulista do *Indicador Militar* (1862) trazem registro do ocorrido, e ambos asseguram que uma manobra similar jamais foi posta em prática. Em *O Militar*, segundo o redator, consta que foi nas manobras do Salitre que “a maior parte de seus oficiais [da artilharia] foi pela primeira vez exercitar-se em atirar ao alvo com peças de calibre 3 e 6 e um obus de 5 ½ polegadas, boca de fogo que lhes era quase desconhecida” (*O MILITAR*, 1855b, p. 4). Ou seja, embora os oficiais desta arma científica ficassem seis anos na Escola Militar, nada, ou pouco sabiam sobre o funcionamento prático de um canhão. O 1º Batalhão de Artilharia, que ficava aquartelado no Salitre foi, em 1853, deslocado para o

sul do país, para servir como tropa de infantaria na 11^a Brigada de Infantaria, por pedido do General em Chefe no Rio Grande do Sul. O articulista do *Indicador Militar* relembra que a instrução de artilharia do Salitre, em 1852, foi a única instrução prática existente até então (INDICADOR MILITAR, 1862c, p. 294).

O próprio ministro da guerra, Manoel Felizardo, reconhece, em 1852, que os oficiais de artilharia no Salitre não sabiam atirar com um obus. Afirma Felizardo que “convidei um capitão de Artilharia, a quem ninguém negará instrução teórica, a que fizesse um tiro de obus; ele confessou que nunca havia tido ocasião de atirar com bala ou bomba” (*apud* MOTTA, 1998, p. 108).

A desorganização do Exército era completa. Faltava, desta forma, não apenas uma organização e uma regulação: faltava também um discurso de si, que justificasse a profissão militar, não apenas através de seus significados práticos – a defesa territorial, por exemplo, mas também através de significados simbólicos e discursivos. Nos países europeus, a formação de uma identidade grupal estava a cargo das escolas militares, direcionadas a oficiais. No Brasil, a Academia Militar – posteriormente Escola Militar – parece não ter dado conta desta atribuição, visto que a frequência na Academia não era condição *sine qua non* para a efetividade de um oficial. A Escola Militar era um dos passos obrigatórios aos militares que desejavam seguir carreira nas armas científicas, engenharia e artilharia. Por volta de 1858, todos os oficiais destas armas (e também do estado maior, não considerado uma arma, mas efetivamente uma graduação) haviam concluído o curso superior da Escola Militar, enquanto somente 8,1% dos oficiais da infantaria e da cavalaria eram formados. Até 1891, em torno de 56% dos oficiais de cavalaria e infantaria eram formados pela Escola Militar (CASTRO, 1995, p. 28).

Assim, a Escola Militar de meados do século era uma instituição heterogênea: alferes, sargentos, soldados e cadetes eram alunos da Escola, e a frequência em seus cursos não era requisito para a inserção de um soldado no corpo de oficiais. Os critérios para a designação de patentes militares estavam muito mais ligados a concessões vinculadas à origem social ou política do candidato do que sua instrução militar em si. A Lei de Promoções, durante a administração Felizardo, procurou mudar este estado de coisas, inserindo a questão do mérito e da antiguidade para acesso ao quadro de oficiais.

Logo, a imprensa militar pode ser compreendida como uma das aglutinadoras de um discurso sobre as funções da instituição militar: pela imprensa, grupos de oficiais procuraram dar uma unidade à instituição, por meio de um discurso que valorizasse as suas características positivas, procurando, com isso, criar um discurso de si, que enriquecesse a função da instituição militar no país e que ressaltasse todos os pontos positivos em ser militar.

Um dos problemas enfrentados pelo Exército durante todo o período do século XIX – e até o início do século XX, pelo menos – é a questão da imagem da instituição militar. Embora os redatores dos periódicos ressaltem, a todo tempo, as características positivas da instituição – o caráter honrado de um soldado, o amor pela pátria e a glória, por exemplo - existe a consciência dos problemas negativos da instituição. Ao mesmo tempo que os redatores exaltavam as características positivas, também as características negativas eram abordadas nos periódicos. Os redatores tinham consciência dos sentimentos negativos que a instituição despertava na população. Essa tendência é observada, sobretudo durante a década de 1850, quando o discurso é mais incisivo. Tanto em *O Militar* (1854) quanto em *O Militar Briosso* (1855) os redatores consideram os pontos negativos da instituição, principalmente em relação aos soldados e às praças. Para os redatores da primeira, o soldado é sempre um elemento infeliz, que não possui a proteção dos poderosos ou um “vagabundo desmoralizado”, punido pelos crimes com o engajamento no Exército (*O MILITAR*, 1854d, p. 5). Em *O Militar Briosso*, a assertiva é similar: o soldado, para os redatores, possui uma condição pior que a do cativo, e o Exército chega a ser considerado como uma casa de correção (*O MILITAR BRIOSO*, 1855b, p. 2).

A situação deixava os redatores claramente contrariados, independente das tentativas de construção de um discurso positivo sobre a instituição. A realidade acerca da condição dos soldados funcionava também como argumento contra as classes togadas e detentoras do poder político do país: a culpa do Exército ser um ajuntamento de “peraltas” (*O MILITAR BRIOSO*, 1855a, p. 1) tinha relação específica com dois pontos a observar, ligados diretamente ao fazer político: para os redatores de ambos os periódicos, o código de conduta do Conde de Lippe, utilizado como código penal desde o final do século XVIII, e a falta de um sistema de recrutamento baseado em uma lei, era consequência da desorganização do Estado. Também é necessário ressaltar que os redatores entendiam que essa situação de abandono resultava, igualmente, da falta de militares envolvidos com o fazer político.

Já na primeira edição de *O Militar Briosso*, um artigo sobre o Regulamento militar do Conde de Lippe enumerava seus pontos negativos, e conclamava pela necessidade de modernização. O texto comprehende que, frente ao triunfo das ideias liberais, não pode a corporação militar continuar com uma legislação tão “férrea e estúpida” quanto o regulamento de Lippe (*O MILITAR BRIOSO*, 1855c, p. 2). Embora a resposta para estar sob a égide de tais regulamentos não seja simples, os redatores são tentados a interpretá-la pelo viés político: a culpa repousa sobre o governo. Os redatores militares entendem que o sacrifício da profissão é por demais exigido, as tiranias e as injustiças são árduos encargos para o cumprimento do dever.

A conscientização em torno do caráter severo do código de Lippe também demonstra outro fato: os redatores sabiam que este era um dos fatores primordiais para a falta de recrutas nas fileiras do Exército. Ou seja, sua disciplina cruel e tirânica – como definido pelos próprios militares – acabava por afastar possíveis recrutas, e imputava à instituição uma imagem de violência e degradação moral. Em ambos os casos, a culpa não era do soldado em si ou da instituição militar. Para os redatores, a crítica tinha endereço certo: as classes dirigentes e políticas do país. A condição do soldado era triste e miserável por culpa do soldo extremamente baixo e raramente pago em dia pelo governo; o soldado era maltrapilho, porque os uniformes eram distribuídos somente uma vez ao ano e o material das confecções era de péssima qualidade. Este estado de coisas é justificado, não apenas, pela falta de militares em cargos públicos e pela própria falta de militares na participação política efetiva, mas também pelo desinteresse das classes dirigentes em propor soluções aos problemas militares.

Em um primeiro momento, os redatores de *O Militar Brioso* culparam a falta de representatividade política como causa do abandono: “O Exército não tem protetores natos, e interessados propugnadores de seus direitos, porque os militares que o podiam ser, são arredados da gerência dos negócios públicos” (*O MILITAR BRIOSO*, 1855d, p. 3). Em um segundo momento, foram os “homens magistrados, em ilustração e bons costumes” que criaram a situação de abandono (*O MILITAR BRIOSO*, 1855a, p. 1). Alguns anos depois, em 1862, o periódico *Indicador Militar* apresenta assertivas similares em relação à condição e à qualidade do soldado brasileiro:

Um decreto, ou um simples aviso, pode obstar que as fileiras do exército continuem a ser o receptáculo de criminosos; que nelas o homem honesto, o bom servidor, o soldado brioso, se sinta humilhado por ter de ombrear, e muitas vezes ter mesmo de obedecer a indivíduos que uma vez se desonram cometendo crimes (*INDICADOR MILITAR*, 1862d, p. 115)

Para Peter Beattie, do período colonial até o início do século XX, o recrutamento forçado deu à instituição militar um caráter penal e coercitivo. Para o autor, a instituição militar assumiu essa função justamente pela ausência de um estado intensivo de guerra que ameaçasse as elites imperiais. Além de defender o país contra as ameaças externas e internas, a força militar, sobretudo o Exército, teve a seu cargo também a função penal. Para estabelecer a função negativa do Exército na sociedade, o autor parte da ideia de Roberto Da Matta, sobre a rua e a casa. A rua representa o espaço da libertinagem, da vadiagem, do infortúnio, da desordem e da desonra. A casa, representa o espaço privado, da honra familiar e da ordem. Nesse sentido, o quartel era o espaço do infortúnio. O próprio nome “praça” dado aos homens que se tornavam soldados, demonstra isso. A referência à praça tinha relação com a “praça de armas”, local destinado aos exercícios militares no período colonial. No entanto, para Beattie,

o termo localizava linguisticamente os soldados no mundo da rua e da libertinagem (BEATTIE, 2009, p. 29)

Essa função penal constrangia e incomodava os oficiais militares. Frequentemente, quando o assunto era a qualidade do soldado brasileiro, os redatores perguntavam-se como era possível manter um exército pronto para o combate, quando sua base de recrutamento era “o refugo da classe mais ordinária” (O MILITAR BRIOSO, 1855a, p. 1). Por outro lado, os recrutadores militares encontravam óbices ao recrutamento, também pela existência de redes de privilégios oriundas ainda do período colonial. Os privilégios permitiam que muitos indivíduos se esquivassem da conscrição, não apenas através de suas condições econômicas, mas frequentemente pelas condições sociais. As isenções aumentaram, principalmente, quando a Corte se mudou para o Rio de Janeiro, e prosseguiram sem alterações significativas durante o período independente.

Entre as profissões não recrutáveis, estavam mineradores, padeiros, carpinteiros, pescadores, lavradores e estudantes. Socialmente não eram recrutáveis o filho único de uma viúva, o filho mais velho de uma família órfã, aquele que possuísse mais de 6 escravos, membros da Guarda Nacional, além de homens que tivessem posses e pudesse pagar uma isenção. Desta forma, o Império possuía uma ampla gama de homens não recrutáveis (BEATTIE, 2009, p. 34). O problema da massa recrutável e do tipo de recrutamento se relacionava também com a própria estrutura militar do período. Os redatores dos periódicos compreendiam, em maior ou menor medida, que a disciplina imposta pelo código do Conde de Lippe não era a mais apropriada de todas. Embora a disciplina fosse – e ainda é – uma forte característica da instituição militar, os redatores percebiam a necessidade de mudar o código penal baseado, em sua maior parte, em punições físicas. As punições físicas – surras e espancamentos, em sua maioria – reduziam os soldados à condição similar dos escravos. O paradoxo estava posto: como ser, ao mesmo tempo, uma instituição responsável pela ordem e pela existência da nação, calcada nos princípios da honra e do patriotismo, e manter seus próprios membros em condições degradantes?

Diante de uma realidade de total desorganização institucional, acompanhada de uma caracterização tão negativa do soldado pela própria sociedade imperial, não causam espanto as frequentes tentativas dos redatores militares em caracterizar positivamente sua instituição. Os termos positivos eram usados com frequência, e podem ser encontrados na maioria dos periódicos aqui analisados. Portanto, a imprensa militar assume também a preocupação de reforçar – ou mesmo criar – um discurso institucional que afirme e reafirme tanto a função da instituição militar na sociedade quanto a própria razão de ser militar. As deformações na organização eram sentidas pelos redatores.

Em *O Soldado e o Marinheiro* (1869) o redator entendia que a falta de preparação do Exército brasileiro foi fundamental para determinar a longa duração da guerra do Paraguai. Se o Exército estivesse organizado e preparado, muitas vidas teriam sido poupadadas, na sua opinião. (*O SOLDADO E O MARINHEIRO*, 1869, p. 2). Também os redatores de *O Militar Briosco* percebiam a ação danosa da desorganização durante o conflito com Rosas, em 1851, acusando o Exército de estar sem fardas, sem calçados, e mesmo sem armas para enfrentar as tropas inimigas (*O MILITAR BRIOSO*, 1855d, p. 2).

A questão da organização era tão grave que, ainda em 1878, os militares do *Echo Militar* tinham como principal objetivo de existência a discussão das leis e dos princípios de regulamentação da força militar. Se os militares estavam conscientes dessa necessidade, alertavam os redatores do *Echo*, que “entretanto, forçoso é confessarmos que [...] não tem sabido disto utilizarem-se os que se encarregam da alta administração do Estado” (*ECHO MILITAR*, 1878, p. 2).

Assim, faltava não apenas organização, mas também um discurso que legitimasse a função da instituição militar na ordem imperial. A classe militar adquire, portanto, importância nesse contexto constituindo-se como elemento principal do discurso da imprensa militar. É possível compreender a existência dos periódicos militares também, e, por consequência do discurso neles veiculado, como uma tentativa de profissionalização do Exército brasileiro no século XIX.

Profissionalização militar

No contexto do exército no século XIX, é necessário pensarmos sobre a questão da profissionalização militar. Por um lado, podemos entender a existência destes periódicos como fator determinante para a construção de um discurso sobre a instituição militar no período. Vimos como o surgimento dessa imprensa acompanhava uma tendência internacional de desenvolvimento dos exércitos das nações modernas. O surgimento de periódicos militares acompanha, portanto, o processo de profissionalização e aprimoramento militar, consequência da instituição do Estado moderno.

Conforme apontamos, os militares brasileiros redatores dos periódicos tinham conhecimento da existência de uma imprensa militar no exterior. Morris Janowitz (1967) destaca que o processo de profissionalização das forças armadas, em um contexto europeu, é lento e gradativo, permeado de interrupções e reviravoltas. Embora o processo tenha início no século XVII, e graus diferentes de profissionalização possam ser encontrados no século XVIII, é somente no século XIX que o processo se consolida. O profissionalismo, portanto, tem relação com a formação dos Estados políticos

europeus, e é uma característica distintiva da cultura ocidental. Além disso, a noção de profissionalismo tem ligação também com o momento histórico e com a sociedade em que uma força armada está inserida. Desta forma, uma pergunta se faz prudente: o que significa o profissionalismo militar, e como pode ele ser entendido no Brasil do século XIX?

Para Janowitz (1967), uma profissão é definida por três elementos distintos: pela qualificação específica que se faz necessária à sua existência; pela criação de uma identidade grupal – um sentimento de pertença; e pela existência de um sistema de administração próprio. Por consequência da função à qual se destina – e por possuir o monopólio da violência e ser seu reproduutor, a organização militar é rigidamente estratificada e autoritária.

Samuel Huntington (1996) observou outras características da profissão militar: a especialização, a responsabilidade e a corporatividade. Tais elementos estão associados à existência de modernas forças armadas, amparadas pelo profissionalismo militar. A especialização tem relação com o ensino, ou seja, com o grau de educação e experiência prolongada de um indivíduo em determinado meio. A educação é de natureza intelectual, e pode ser preservada pela escrita. É esta característica que distingue a técnica profissional de uma técnica aprendida: profissões aprendidas fazem parte do ambiente social, e integram um conjunto de aprendizagens de uma sociedade específica. É assim com um artesão, por exemplo. Huntington esclarece que a educação profissional consiste em dois momentos distintos: o primeiro, quando o lastro cultural e intelectual da profissão é comunicado; e o segundo, quando as habilidades e o conhecimento especializado são comunicados. A responsabilidade tem relação com o monopólio de habilidades que impõem ao profissional realizar seus serviços quando a sociedade exige. E por último, a corporatividade, que se relaciona ao sentimento orgânico e de autoconsciência que domina o grupo. Este sentimento de pertença terá relação com a disciplina, o estudo, o treinamento e a convivência dentro do grupo. No entanto, estas características, tanto as levantadas por Janowitz (1967) quanto as levantadas por Huntington (1996), se referem ao contexto político do século XX, embora possam, de alguma forma, serem adaptadas ao XIX.

No século XIX, ocorreram dois momentos de profissionalização dos exércitos europeus: durante as Guerras Napoleônicas, quando muitos países criaram suas escolas militares; e no último quartel do século, quando a Prússia aglutina uma série de elementos que tornaram suas forças armadas poderosas. As características atuais são fruto da evolução de uma série de relações da instituição armada ocorridas ao longo do século XIX, chamadas por Huntington (1996, p. 27) de instituições da vocação militar. São elas: a) exigências para o acesso ao oficialato; b) meios de ascensão profissional; c) o caráter da educação militar; d) a natureza e o grau de desenvolvimento do estado maior; e) o *esprit de corps* do

oficialato e a competência geral do corpo. Durante o século XIX, foi o exército prussiano que mais se adequou a estas características, sobretudo por volta de 1875. Portanto, é possível determinarmos que o conjunto destas características define uma força armada profissional do Oitocentos, sobretudo a partir da segunda metade do século.

Mas, e a existência (ou inexistência) de uma ou outra característica, torna um exército menos profissional? O profissionalismo é resultado de uma série de ações que, durante o século XIX, são ainda muito recentes, estão em processo de consolidação e são fruto do próprio desenvolvimento do Estado. Portanto, não podemos considerar o Exército brasileiro uma força armada profissional, nos termos definidos e propostos para o século XX. Por outro lado, se adequaremos as perspectivas de evolução da força ao longo do século XIX em direção ao profissionalismo, podemos compreender o Exército brasileiro como uma instituição em busca de um grau de profissionalismo.

Portanto, o Exército brasileiro é, no século XIX, uma instituição com algumas características profissionais, sobretudo o ensino especializado, a existência de uma lei de acesso ao oficialato e um forte sentido de corporatividade, sobretudo a partir de meados do século. As transformações no interior do Exército são crescentes, mas durante o século XIX, em dois momentos, elas serão mais significativas: durante a década de 1850, quando ocorre o centralismo e a reforma do Estado proposta pelo gabinete conservador, estendendo-se tais reformas até o final da década; e após a Guerra do Paraguai, sobretudo entre 1870 e 1881. No entanto, ressalta-se a falta de um estado-maior com atribuições bem definidas durante o século XIX, e que só irá se consolidar no primeiro quartel do século XX.

As medidas de concentração do poder central, iniciadas na década de 1840 e continuadas na década de 1850, terão papel fundamental na formação do Exército brasileiro: a mudança no ensino, a burocratização da carreira e a criação de um corpo de oficiais gradativamente conscientes das necessidades militares e das próprias instituições políticas nacionais são consequências das reformas ocorridas neste período. Muitos autores consideram a força armada brasileira profissional, a partir de meados do século XIX, quando o país possui uma rede estruturada de ensino militar (SCHULZ, 1994; SANTOS, 1991; COSTA, 1996; SOUZA, 1999). Lembremos que, em 1850, houve a obrigatoriedade do ensino militar para quem almejasse a carreira de oficial na instituição. Para Schulz (1994), embora a lei de 1850 ainda possibilhasse o favoritismo e a política, ela estabeleceu requisitos mínimos de tempo de serviço e educação que aprimoraram a transformação social e intelectual da oficialidade. No entanto, é necessário observar essa profissionalização com cuidado.

O regresso conservador atuou, ainda, na busca pela homogeneidade, na padronização da carreira militar, “levando o oficialato a se afastar gradativamente dos círculos políticos imperiais e a abandonar postos que antes ocupava” (SOUZA, 1999, p. 57). A padronização da carreira será efetuada em bases meritocráticas. Logo, tomava o Estado brasileiro medidas necessárias para a reordenação de seu âmbito administrativo, medidas que acompanhavam tendências mundiais de reorganização do Estado. Para Janowitz, “na Europa Ocidental à medida que a qualificação tornou- se a base para o recrutamento e promoção, o monopólio aristocrático da oficialidade diminuiu. Nos Estados Unidos pode se demonstrar um processo equivalente, ainda que as linhas sociais tenham sido mais fluídas” (JANOWITZ, 1967, p. 18).

Com a nova lei de promoções, os oficiais deixaram de ser uma força privilegiada tradicional, transformando-se em uma corporação profissional e racional. Três índices demonstram essa busca para a profissionalização: o declínio da elite dentro do generalato, a padronização da carreira militar e o declínio da participação dos militares no parlamento, durante os últimos anos do Império. Para Santos, quando eclode a Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil possuía um corpo de oficiais totalmente profissionalizado e militarizado, dada a estrutura de ensino existente e consolidada no país (SANTOS, 1991, p. 77). No entanto, é necessário tomar esta afirmação com algumas ressalvas: embora a lei de promoções tenha regulado o acesso ao quadro de oficiais, ainda era costume utilizar-se de ligações pessoais para a ascensão na carreira. Também a estrutura do ensino militar contemplava, com mais atenção, somente a Escola Militar situada na Corte. As outras escolas sofriam com as precárias instalações e a falta de professores, sobretudo no sul do Brasil. Por outro lado, as instâncias administrativas militares tinham, também, o costume de conceder postos honorários a pessoas civis: em 1864, Libanio da Cunha Mattos, funcionário civil do Ministério da Guerra, foi aposentado com o título de Coronel pelo Marquês de Caxias. Por ocasião da Guerra do Paraguai o Exército foi obrigado a conceder postos da oficialidade aos civis recém integrantes do corpo – como aos componentes dos batalhões de Voluntários da Pátria, por exemplo. Por estes motivos específicos, consideramos a instituição militar brasileira do Oitocentos uma instituição em busca de um grau de profissionalismo que fosse similar as instituições correlatas do exterior. Pode-se considerar, portanto, um grau de profissionalismo rudimentar neste período, simbolizado, sobretudo, por uma lei de acesso ao oficialato, um ensino militar e sua exigência para a promoção da carreira, e algum grau de *esprit de corps* entre os militares brasileiros.

Observa-se ainda, durante este período, o maior desenvolvimento de uma cultura científica e racionalista, fruto da ilustração presente na sociedade brasileira. O movimento não é uma

especificidade nacional: é somente no século XIX que a concepção de ciência adequada à guerra é consolidada. Até então, a maior parte dos estudiosos, sobretudo durante o século XVIII, concentrava suas pesquisas na história militar, utilizando como exemplos os períodos áureos do império romano e da Grécia clássica. Esta literatura carecia da concepção de ciência militar como um ramo de conhecimento específico. A competência militar era uma atribuição especial, vista como uma vocação, fruto de elementos subjetivos, que não poderiam ser transmitidos nem ensinados (HUNTINGTON, 1996) A mudança começa a ocorrer com a consolidação do ensino militar, e de formas mais democráticas de acesso à carreira. Basta lembrar que, na França, a imprensa militar surge já na segunda metade do século, e se consolida pouco tempo depois.

O século XIX foi profícuo em pensadores militares: na Alemanha se destacaram Carl von Clausewitz, Karl Wilhelm von Willisen, Georg Heinrich von Berenhorst, Gerhard von Scharnhorst e o general von Lossau, entre outros. Na literatura francesa, destacam-se Antoine Henri Jomini, Maurice de Saxe, Ardant Du Picq e Alfred de Vigny (SCHNEIDER, 1975). Pela facilidade linguística – e a própria influência da cultura francesa na sociedade brasileira do Oitocentos, os militares brasileiros terão acesso à literatura militar preferencialmente francesa. Novamente, o catálogo da Biblioteca da Marinha PESSOA; GAMA, 1879) pode nos oferecer algumas informações sobre a literatura disponível para os militares brasileiros, durante o século XIX. Sob a rubrica “Arte Militar”, era possível ter acesso às obras de Paixhans: *Constitution Militaire de la France*; Marechal Marmont: *L'esprit des institutions militaires*; Gay de Vernon: *Traité élémentaire d'art militaire et de fortification*; General Bardin: *Dicionário do Exército Francês* e Gaillard: *Etude sur le service de l'intendance militaire en' campagne*.

O cientificismo exerceu fascínio em alguns grupos da oficialidade brasileira formada pela Escola Militar, sobretudo após os estatutos propostos pelo General Jerônimo Francisco Coelho, que criaram o título de bacharel e doutor para os alunos que completassem o curso da Escola Militar. Para Jenovah Motta (1998), esta reforma criou o tipo híbrido do militar-bacharel ou militar-doutor, no interior do Exército. A matemática, que já era vista como um dos estudos que conduziam à razão plena, passa a ter um significado complexo a partir deste período: “a matemática é conceituada como valor essencial na formação de estudos mentais e de predisposições psicológicas (...) dela se espera o desenvolvimento da razão, o impulso do espírito rumo à meditação e ao amor do conhecimento sólido” (MOTTA, 1998, p. 79). Para Ana Paula Almeida, “quando a referência é o perfil de militar que estudava na Escola Militar no século XIX, fala-se em cientificismo, culto à ciência ou mesmo cultura científica. Ou seja, a formação acadêmica é compreendida como forma de equivaler os oficiais militares

aos bacharéis em direito, deixando-os no mesmo nível bacharelesco dos ‘legistas’” (LIMA, 2013, p. 125).

Conclusão

Embora o profissionalismo militar seja uma recorrência do século XIX – sobretudo a partir de meados do século, tal prerrogativa não pode ser totalmente aplicada às forças armadas brasileiras. Uma profissão, ressalta Janowitz (1967), é mais que qualificação específica adquirida através de intenso treinamento. Como afirmado anteriormente, é também o desenvolvimento de um sentido de identidade grupal e de um sistema administrativo. Assim, os movimentos são complementares e dependem um do outro: a administração reforça o caráter burocrático e estatal da instituição militar; o discurso, reforça seu caráter de classe e identidade.

Para uma instituição militar, a construção de um discurso é elemento primordial para a profissionalização, e também para sua própria institucionalização. É reflexo do desenvolvimento de um sentido de identidade grupal, e de um sistema de administração próprio. A administração acaba por implicar na criação de um sistema ético, e em padrões de ação. Assim, falar de profissionalismo militar implica compreender que a direção de um conflito foi dada a pessoas que se comprometeram com este serviço, além de possuir uma instrução e competências próprias, aprendidas através de um processo lógico de educação e treinamento (JANOWITZ, 1967). Para Adriana de Souza:

É possível encontrar nas duas publicações [O Militar e A Defesa Nacional] referencias nítidas à necessidade de se estabelecer uma profissionalização da carreira militar, de se elaborar um conjunto de regras e práticas muito bem definidas, sob valores meritocráticos. Na verdade, seus colaboradores lançavam-se num combate aberto àqueles que identificavam como resistentes ao processo de modernização das instituições brasileiras e, por decorrência, das próprias forças armadas – à elite constituída basicamente por bacharéis de direito (SOUZA, 1999, p.26)

O discurso é construtivo e, como tal, contribui para a construção de identidades sociais para sujeitos sociais. Contribui ainda para a construção de relações sociais entre os indivíduos e também para a construção de sistemas de crença e conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001) Assim, a imprensa periódica militar articula um discurso, não de efetiva oposição política ao Império, mas de discussão de valores, de construção de discursos sobre o que é ser militar, em um período em que o próprio Estado brasileiro – e a instituição militar, por consequência ainda não está consolidado. A oposição é consequência da necessidade de se formar um discurso sobre a classe militar.

Assim, a imprensa periódica militar articula um discurso, ao demonstrar a desorganização do exército no século XIX, em busca da profissionalização. Outros elementos serão constitutivos deste discurso: a oposição característica entre a classe militar e a classe política, a questão das características e valores militares e a própria construção de um discurso que legitime a existência da instituição militar no período, em um período em que o próprio Estado brasileiro – e a instituição militar, por consequência ainda não está consolidado. A oposição é consequência da necessidade de se formar um discurso sobre a classe militar.

Fontes

- O MILITAR BRIOSO**, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855 (a).
- O MILITAR BRIOSO**, ano I, edição n. 16, de 3 de julho de 1855 (b).
- O MILITAR BRIOSO**, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855 (c).
- O MILITAR BRIOSO**, ano I, edição n. 2, de 7 de março de 1855 (d).
- O MILITAR**, ano I, edição n. 9, de 30 de novembro de 1854 (a).
- O MILITAR**, ano I, edição n. 17, de 31 de março de 1855 (b).
- O MILITAR**, ano I, edição n. 17, de 31 de março de 1855 (c).
- O MILITAR**, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854 (d).
- ECHO MILITAR**, ano I, edição n. 1, de 1º de outubro de 1878.
- INDICADOR MILITAR**, ano I, edição n. 10, de 16 de maio de 1862 (a).
- INDICADOR MILITAR**, ano I, edição n. 15, de 1º de agosto de 1862 (b).
- INDICADOR MILITAR**, ano I, Edição n. 16, de 16 de agosto de 1862 (c).
- INDICADOR MILITAR**, ano I, edição n. 8, de 16 de abril de 1862 (d).
- O SOLDADO E O MARINHEIRO**, ano I, edição n. 3, de 23 de outubro de 1869.
- ALMANAK DO MINISTÉRIO DA GUERRA**. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1871.
- ALMANAK DO MINISTÉRIO DA GUERRA NO ANO DE 1878**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- AMARAL, Antônio José do. **Indicador da Legislação Militar.** 2^a Edição. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872.
- ASSIS, José Luís. Ciência e Literatura na Revista Militar (1849-1910). Ciência, Cultura e Sociedade – Discursos de Saberes Científicos. **Revista Militar.** Edição de outubro de 2006. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=140. Acesso dez. 2023.
- ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A liberdade de pensamento na Marinha imperial e o projeto de nação no século XIX. **Revista Brasileira de História Militar.** Ano III. N. 8, Agosto de 2012, P 27-29.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2007.
- BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue:** Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945. São Paulo: EDUSP, 2009.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves de Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brazileiro.** Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1893.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem.** Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTRO, Celso. **Os Militares e a República.** Um Estudo sobre a ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles:** o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CREVELD, Martin van. **Ascenção e declínio do Estado.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UNB, 2001
- HAYES, Robert. **Nação Armada.** A Mística Militar Brasileira. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991.
- HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.
- LIMA, Ana Paula Almeida. **Engenheiros fardados no império:** A modernidade no pensamento dos egressos da escola militar. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre, 2013.
- JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional.** Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111 a 153.

MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo. HUCITEC, 2005.

MOTTA, Jeovah. **Formação do Oficial do Exército**: regimes e currículos na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A imprensa periódica militar no século XIX**: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015

NAVARRO, Pablo; DÍAZ, Capitolina. Análisis de Contenido. In: DELGADO, J. M; GUTIÉRREZ, J. (orgs.). **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

PESSOA, Sabino Eloy; GAMA, Luiz Philippe de Saldanha da Gama (Org.). **Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha**. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1879.

SANTOS, Murilo. **O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1991.

SCHULZ, John. **O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)**. São Paulo. EDUSP, 1994.

SCHNEIDER, Fernand. **História das Doutrinas Militares**. São Paulo: DIFEL, 1975.

SILVA, Inoccencio Francisco da. Dicionário Bibliográfico Portuguez. Tomo Nono. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870.

SOUZA, Adriana Barreto de. **O Exército na Consolidação do Império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.